



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REF. EDITAL N°01/2010- CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 20	Conhecimentos Específicos
21 a 30	Língua Portuguesa
31 a 40	Legislação Municipal

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

- 1- É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
- 2- Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
- 3- Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
- 4- Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
- 5- Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
- 6- Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
- 7- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
- 8- Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 9- Você dispõe de 3h (três) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- 10- Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 02h 45min (duas horas e quarenta e cinco minutos) decorridas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinada. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCP (www.aocp.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
- 11- Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
- 12- Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
- 13- Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
- 14- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida.

- I. União: 50% (cinquenta por cento).
- II. Estados: 60% (sessenta por cento).
- III. Distrito Federal: 50% (cinquenta por cento).
- IV. Municípios: 60% (sessenta por cento).

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a repartição dos limites globais da despesa total com pessoal, em cada período de apuração na esfera municipal, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida.

- (A) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; 44% (quarenta e quatro por cento) para o Executivo.
- (B) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
- (C) 6% (seis por cento) para o Executivo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- (D) 6% (seis por cento) para o Executivo e 44% (quarenta e quatro por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- (E) 10% (dez por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; 50% (cinquenta por cento) para o Executivo.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é nulo de pleno direito o ato expedido pelo Prefeito Municipal de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos

- (A) duzentos e quarenta dias anteriores ao final do mandato.
- (B) duzentos e vinte dias anteriores ao final do mandato.
- (C) duzentos e dez dias anteriores ao final do mandato.
- (D) cento e noventa dias anteriores ao final do mandato.
- (E) cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa correta. Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se dívida pública consolidada ou fundada

- (A) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

QUESTÃO 05

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
- (B) Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- (D) As disposições desta lei não são aplicáveis, àquele que não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (E) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego, e notadamente

- (A) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- (B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (E) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

QUESTÃO 07

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente.

- I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- III. Negar publicidade aos atos oficiais.
- IV. Frustrar a licitude de concurso público.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 08

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. No caso da prática de ato de improbidade que constitui enriquecimento ilícito, o agente estará sujeito a(ao):

- I. perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos

políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

- II. ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- III. ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- IV. ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas I.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 09

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei de Licitações, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando

- I. houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
- II. existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
- III. houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- IV. o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas III.
(C) Apenas II.
(D) Apenas I.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei de Licitações, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- (B) É vedada, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- (C) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- (D) Será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.
- (E) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

QUESTÃO 11

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei de Licitações consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a

- I. estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos.

- II. pareceres, perícias e avaliações em geral.
- III. fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.
- IV. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei de Licitações, é **inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial**

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (E) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **INCORRETA**. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal

- (A) aprovação de: lei complementar; créditos suplementares ou especiais para a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- (B) eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida, em primeiro escrutínio.
- (C) destituição de membro da Mesa.
- (D) perda do mandato do Prefeito, por infrações político-administrativas previstas nesta Lei Orgânica.
- (E) aprovação de proposição que conceda anistia, remissão ou isenção, envolvendo matéria tributária.

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, a rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Município deve prestar anualmente, dependerão da

- (A) maioria de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- (B) maioria de um terço dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- (C) maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- (D) maioria relativa dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- (E) maioria de três quintos dos votos dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 15

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município.
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado.
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.
- IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 03/2009, a Divisão de Contabilidade é a unidade ligada à Secretaria Municipal de Finanças encarregada de implementar as políticas e assegurar a eficácia de todas as ações ligadas à área contábil do Município. Neste sentido, ao Diretor da Divisão de Contabilidade compete

- (A) organizar, coordenar e dirigir os serviços relativos a todo o processo de contabilização da receita e da despesa do Município, devendo manter devidamente atualizado, procurando implantar métodos e sistemas evoluídos.
- (B) dirigir e coordenar a coletânea de Leis, Decretos, Portarias, Instruções e outras, relacionada com os serviços de contabilidade.
- (C) dirigir e coordenar intercâmbio de informações com outros municípios e órgãos de governo ou instituições, visando o aperfeiçoamento dos serviços de contabilidade.

- (D) dirigir e coordenar o lançamento dos tributos de competência municipal, inclusive da dívida ativa, de contribuintes e estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, inclusive o comércio ambulante.
- (E) dirigir e supervisionar a elaboração de balancetes, balanços, análises e relatórios, relacionados ao controle interno.

QUESTÃO 17

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002):

- I. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- II. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- III. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código.
- IV. Fora dos casos previstos neste Código, o crédito tributário regularmente constituído não pode ter dispensas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), suspende a exigibilidade do crédito tributário

- I. a moratória e o pagamento.
- II. o depósito de seu montante integral.
- III. as reclamações e os recursos, nos termos definidos na parte deste Código que trata do Processo Administrativo Fiscal.
- IV. a concessão de medida liminar em mandato de segurança.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei Municipal n. 1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto, analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Conceder-se-á licença ao servidor ocupante de cargo efetivo

- I. por motivo de doença em pessoa da família.
- II. para o serviço militar obrigatório.
- III. para concorrer a cargo eletivo.
- IV. para tratamento de saúde.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com a Lei Municipal n. 1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço

- (A) por dois dias, a cada doze meses de trabalho, para doação de sangue.
- (B) os dias necessários, para deslocamento, por ocasião de prestação de exames vestibular, quando necessitar deslocar-se para outro município, mediante comprovação da inscrição e programa do referido vestibular.
- (C) até três dias consecutivos, por motivo de falecimento de avô ou avó, sogra ou sogro, genro ou nora.
- (D) até cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento de irmãos, cônjuge, companheiro (a), pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados.
- (E) até cinco dias consecutivos para o pai, por motivo de nascimento do filho, a contar da data do evento.

LÍNGUA PORTUGUESA

Contran adia para 1º de setembro início da exigência da cadeirinha

Uso do dispositivo em automóveis iria ser obrigatório a partir de quarta (9). Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas nas lojas.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) decidiu em reunião nesta terça-feira (8) adiar para o dia 1º de setembro o início do prazo para exigência da cadeirinha em automóveis em todo o país. De acordo com o órgão, a falta do produto nas lojas pelo aumento da procura justifica a alteração do prazo. A nova data será publicada no "Diário Oficial da União" de quarta-feira (9).

De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, além de Brasília. "Consideramos a data 1º de setembro razoável para que o mercado seja abastecido", disse à Agência Estado. Ainda segundo ele, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o uso de

cadeirinhas diminui em 70% o número de vítimas em acidentes de trânsito.

Em reportagem publicada nesta terça, o G1 constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência, principalmente em relação ao assento de elevação, para crianças entre 4 e 7 anos e meio. Esses assentos não têm encosto e são usados para que a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança.

O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças nos automóveis passaria a ser obrigatório a partir desta quarta em todo o país. A punição definida pelo Contran é de multa de R\$ 191,54 e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Pelas novas regras, bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás. Para crianças entre um e 4 anos, será obrigatória cadeirinha no banco de trás. De 4 a 7 anos e meio, as crianças devem ser transportadas em assento de elevação, sem encosto, no banco de trás, com cinto de segurança. De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto.

De acordo com o presidente do Contran, o objetivo das regras para o transporte de crianças é educativo. "A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos".

A resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que obriga o transporte de crianças de até sete anos e meio em dispositivos de segurança é questionada pelo Ministério Público Federal (MPF). O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.

O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo de passageiro (táxis), aos veículos escolares e demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo. No caso dos táxis, o órgão argumenta que a tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.

Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados da utilização do cinto de segurança e consequentemente do dispositivo de retenção para crianças.

A Resolução 277 do Contran foi publicada em junho de 2008, definindo o prazo de dois anos para a adequação com a previsão de início da fiscalização a partir de 9 de junho de 2010. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as crianças até dez anos devem ser transportadas obrigatoriamente no banco traseiro.

Disponível em <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2010/06/contran-adia-para-1-de-setembro-inicio-da-exigencia-da-cadeirinha.html>>. Acesso em 8 jun 2010.

QUESTÃO 21

Em “De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto.”, a oração destacada é

- (A) subordinada substantiva subjetiva.
- (B) subordinada adverbial concessiva.
- (C) subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) subordinada adverbial condicional.
- (E) subordinada substantiva predicativa.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta a função sintática correta das expressões destacadas.

- (A) “...em relação ao assento...” (objeto indireto)
- (B) “...apurar a ilegalidade...” (objeto direto)
- (C) “No caso dos táxis, o órgão...” (adjunto adverbial)
- (D) “...exigência da cadeirinha...” (complemento nominal)
- (E) “Os ônibus estão fora da lista...” (sujeito)

QUESTÃO 23

Todas as palavras abaixo apresentam cinco letras e cinco fonemas, **EXCETO**

- (A) anos.
- (B) estar.
- (C) cinto.
- (D) prazo.
- (E) bebês.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que não apresenta dígrafo.

- (A) Setembro
- (B) Conselho
- (C) Junho
- (D) Escolares
- (E) Assento

QUESTÃO 25

Em “O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo.”, a expressão em destaque introduz

- (A) uma conclusão.
- (B) uma adição.
- (C) um contraste.
- (D) uma explicação.
- (E) uma alternância.

QUESTÃO 26

São mantidas a correção gramatical e o sentido original do texto somente se for substituída

- (A) a expressão trás pela expressão traz, em “... bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás.”
- (B) a expressão de acordo pela expressão consoante, em “De acordo com o órgão, a falta do produto...”
- (C) a expressão pelas pela expressão por causa das, em “Pelas novas regras, bebês de até um ano devem usar...”
- (D) a forma verbal têm pela forma verbal tem, em “Esses assentos não têm encosto...”
- (E) a expressão por causa pela expressão em virtude, em “Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas...”

QUESTÃO 27

No caso dos táxis, o órgão argumenta que a **tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.**

A única alternativa que apresenta uma reescrita do conteúdo do fragmento acima com atendimento à norma padrão e ao sentido original é

- (A) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade, como os táxis transportam passageiros diversos, eles têm dificuldade em utilizar o equipamento.
- (B) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, em razão da própria dificuldade de eles utilizarem o equipamento, dado que transportam passageiros diversos.
- (C) O Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, por que eles têm dificuldade em utilizar o equipamento, pois transportam passageiros diversos.
- (D) Os táxis transportam passageiros diversos, o que dificulta a utilização do equipamento, fazendo que o órgão argumente que o Brasil não deve incluí-los na obrigatoriedade.
- (E) Os táxis transportam passageiros tão diversos e têm tanta dificuldade em utilizar o equipamento que o órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade.

QUESTÃO 28

Em todas as alternativas abaixo a expressão destacada foi substituída corretamente pela expressão entre parênteses, **EXCETO** em

- (A) “...os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados...” (desse modo)
- (B) “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo...” (das)
- (C) “...o **G1** constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência...” (devido ao)
- (D) “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores...” (senão)
- (E) “...conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade...” (a respeito da)

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao emprego dos sinais de pontuação empregados no texto 2.

- (A) Em “De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo...” as vírgulas isolam o aposto do termo fundamental.
- (B) Em “O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.” as vírgulas isolam um adjunto adverbial.
- (C) Em “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos” a vírgula é obrigatória, pois separa orações coordenadas.
- (D) Em “Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte...” a vírgula após o primeiro ‘que’ é obrigatória, ao passo que após o segundo ‘que’ é facultativa.
- (E) Em “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo...” as vírgulas são obrigatórias, pois separam elementos de mesma função sintática.

QUESTÃO 30

Em todas as alternativas abaixo a substituição da expressão destacada está correta gramaticalmente, EXCETO em

- (A) "...prazo para exigência da cadeirinha em automóveis..." (exigir a cadeirinha em automóveis...)
- (B) "...a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança. (utilização do cinto de segurança.)"
- (C) "O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças..." (transportar crianças...)
- (D) "...um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução..." (apuração da ilegalidade da resolução...)
- (E) "...prazo de dois anos para a adequação com a previsão..." (adequar a previsão de início da fiscalização...)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 31

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias da competência do Município, especialmente sobre

- I. o sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas.
- II. plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública.
- III. fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal.
- IV. planos e programas municipais de desenvolvimento.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta. A Lei Orgânica do Município de Santo Augusto poderá ser emendada mediante proposta de _____, no mínimo, dos membros da Câmara e do Prefeito Municipal. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, _____ dos votos dos membros da Câmara.

- (A) dois terços / um terço
- (B) um terço / dois terços
- (C) metade / dois terços
- (D) três quintos / metade
- (E) maioria absoluta / um terço

QUESTÃO 33

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto

- I. o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.

- II. a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo de conformidade com a Legislação Federal.
- III. em caso de impedimento simultâneo do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou de vacância de ambos os cargos, será chamado a exercer o cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.
- IV. o Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a dez dias consecutivos, sob pena de perda do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 34

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Municipal nº 1692/2003, o serviço público centralizado no Executivo Municipal é integrado pelos seguintes quadros:

- I. quadro dos cargos de provimento efetivo.
- II. quadro dos cargos em comissão e funções gratificadas.
- III. quadro dos cargos dos prestadores de serviços terceirizados.
- IV. quadro dos cargos dos funcionários prestadores de serviços não remunerados.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta. Para os efeitos da Lei Municipal nº 1692/2003, considera-se Carreira

- (A) o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.
- (B) o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes.
- (C) o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção.
- (D) a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional.
- (E) a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

QUESTÃO 36

De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstração de atos nela prevista, no interesse da Fazenda Municipal.
- (C) Obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- (D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do município.
- (E) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do Município, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

QUESTÃO 37

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis

- I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- II. os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- III. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- IV. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

Analisar as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 03/2009, a Secretaria Municipal de Finanças é responsável pela gestão financeira e tributária do Município. São competências desta Secretaria:

- I. dirigir e executar as políticas e a administração tributária, fiscal, econômica e financeira do Município.
- II. auxiliar na elaboração das leis orçamentárias do Município.

III. desenvolver sistemas de processamento de dados, contribuindo para a modernização e melhoria da gestão administrativa e do atendimento.

IV. promover o equilíbrio entre receita e a despesa para garantir o desenvolvimento da cidade e a qualidade na prestação de serviços.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

I. Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado.

II. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.

III. A posse e o exercício devem ocorrer simultaneamente na mesma data.

IV. O nomeado terá o prazo de até trinta dias contados da data de sua ciência ou da publicação do ato de nomeação, para tomar posse e entrar em exercício do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após

- (A) um (01) ano de efetivo exercício.
- (B) dois (02) anos de efetivo exercício.
- (C) três (03) anos de efetivo exercício.
- (D) quatro (04) anos de efetivo exercício.
- (E) cinco (05) anos de efetivo exercício.

